

Doentes de outras doenças: os danos colaterais da pandemia por RTP



Matteo Corner, Lusa

O Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP) veio a público alertar contra o perigo de que a alteração de rotinas de tratamento possa traduzir-se num aumento de morbilidade e de mortalidade dos pacientes de outras doenças que não a Covid-19. Face a este perigo, o CEMP emite uma série de recomendações.

O CEMP observa que uma epidemia sempre vem alterar a organização dos cuidados de saúde e desviar, neste caso para o tratamento da Covid-19, recursos físicos, humanos e materiais anteriormente destinados a outras funções, donde resulta a suspensão de atividades programadas e de atendimento rotineiro. E isto é tanto mais grave quanto, sublinha [o comunicado daquele Conselho](#), "metade dos portugueses padece de, pelo menos, uma doença crónica, algumas destas requerendo acompanhamento adequado e continuidade de cuidados".

O mesmo comunicado preconiza, por isso, a criação de "mecanismos que acautelem o acompanhamento dos doentes crónicos, sob pena de aumentar a sua morbilidade e mortalidade". E lembra que, "nas epidemias recentemente ocorridas em diversos países, foi observado um acréscimo de mortes nos doentes com patologias crónicas anteriormente bem controladas".



Além dessas doenças crónicas, prossegue o mesmo comunicado, há "um outro grupo de doentes que precisam de ser avaliados por quadros clínicos recentes e, por isso, de realizar os exames e tratamentos indicados". E dá como exemplos as "condições agudas associadas à doença cardiovascular e cerebrovascular", acrescentando o atraso de angioplastias coronárias primárias devido principalmente à sobrecarga dos serviços do INEM se tem traduzido "por resultados imediatos piores relativamente aos observados antes da pandemia, com impacto na mortalidade hospitalar".

O CEMP considera que em Portugal a infraestrutura informática com partilha de dados clínicos e o incremento da telemedicina permitiriam uma eficaz gestão dos doentes crónicos, mas que para isso seria necessário "ter, com sede regional, centros que permitam disponibilizar tratamentos e meios complementares de diagnóstico, que sendo insuficientes para resolver tudo o que estará pendente, terão que ser racionalmente utilizados numa base de priorização de cuidados".

Preconiza por isso que se garanta o funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários para o atendimento doentes crónicos, mas também a organização do atendimento ao nível das diversas especialidades hospitalares. E recomenda a criação de áreas de serviço separadas das utilizadas para o atendimento urgente quer geral quer para doentes com Covid-19", ou seja, os chamados "hospitais limpos", vocacionados para que possam atender os doentes portadores de patologias crónicas

E lembra, a concluir, que "a existência da pandemia ao coronavírus não fez desaparecer as outras doenças e que é importante não baixar a guarda, de forma a evitar uma catástrofe ainda maior".

Portugal, 6 de abril de 2020.

O Conselho de Escolas Médicas Portuguesas,

Fausto J. Pinto, Presidente do CEMP e Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Altamiro da Costa Pereira, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Carlos Robalo Cordeiro, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Henrique Cyrne Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar